

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARINA AGUIAR RIBEIRO

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO FINANCEIRO E NÍVEL DE
ESCOLARIDADE:**

Um estudo do saber financeiro pessoal de alunos de uma universidade do Centro-Oeste.

GOIÂNIA
2018

Prof. Dr. Edward Madureira Brasil
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof^a.Flávia Aparecida de Oliveira
Pró Reitora de Graduação

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas

Prof. Dr. Kleber Domingos de Araújo
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

MARINA AGUIAR RIBEIRO

**ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO FINANCEIRO E NÍVEL DE
ESCOLARIDADE:**

Um estudo do saber financeiro pessoal de alunos de uma universidade do Centro-Oeste.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Daiana Paula Pimenta como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Daiana Paula Pimenta.

**GOIÂNIA
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Aguiar Ribeiro, Marina
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO FINANCEIRO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE. [manuscrito] : Um estudo do saber financeiro pessoal de alunos de uma universidade do Centro-Oeste. / Marina Aguiar Ribeiro, Daiana Paula Pimenta. - 2018. XXVIII, 28 f.

Orientador: Prof. Dr. Daiana Paula Pimenta.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2018.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui gráfico, tabelas.

1. Finanças pessoais. . 2. Educação financeira. . 3. Conhecimento financeiro. . 4. Nível de escolaridade.. I. Paula Pimenta, Daiana. II. Paula Pimenta, Daiana, orient. III. Título.

Resumo

Em vista da necessidade do conhecimento de finanças pessoais pela população brasileira, do número reduzido de pesquisas sobre o tema no Brasil e da falta de uma abordagem de análise de dados mais avançada nas pesquisas existentes, este estudo busca contribuir com a discussão sobre o ensino de finanças pessoais no Brasil. Para responder ao problema “*Como o conhecimento relacionado a Finanças Pessoais, Investimentos, Poupança e Empréstimos de um grupo de estudantes da área de negócios de uma Universidade do Centro-Oeste se altera conforme as pessoas aumentam o seu grau de escolaridade?*” foram utilizados dados primários obtidos por meio da aplicação de um questionário eletrônico a estudantes dos cursos de graduação da área de negócios de uma Universidade Federal do Centro-Oeste. A análise dos dados foi realizada primeiramente por meio da estatística descritiva, para descrever e avaliar a amostra, sem tirar conclusões para a população (FÁVERO, 2014). Em seguida, verificou-se se a influência das características sócio demográficas dos indivíduos, principalmente período, sobre a pontuação alcançada. Foi verificado que o conhecimento de Finanças Pessoais, Investimentos, Poupança e Empréstimos não se altera conforme as pessoas aumentam seu grau de escolaridade, e que o fato de estar cursando Administração influencia esse conhecimento positivamente.

Palavras-chave: Finanças pessoais. Educação financeira. Conhecimento financeiro. Nível de escolaridade.

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O Brasil viveu, na década de 80, um período de alta inflação, os consumidores observaram a mudança drástica de preços em curtos espaços de tempo. Os indivíduos, então, tendiam a comprar o mais rápido possível, muitas vezes, por receio de não ter poder de compra caso não realizassem as transações em curto prazo. Em meados de 1990, com a implantação do Plano Real, a inflação foi contida, o que fez com que os brasileiros se deparassem com um cenário diferente, necessitando, portanto, se adaptar à uma nova realidade (MATTA, 2007).

Outrossim, indivíduos e famílias têm que realizar suas decisões de venda (tanto de serviços quanto de produtos) e compra (de produtos básicos para sobrevivência, educação ou até mesmo lazer) diariamente. Essas pessoas, ao contrário de uma grande empresa, onde existem departamentos para compras, vendas, orçamento, e, até mesmo, profissionais preparados especialmente para deliberações financeiras, têm que adequar seus rendimentos e custos de maneira individual (PIRES, 2007).

Assim, faz-se necessária a educação financeira pessoal, pois não é comum as famílias, ou indivíduos, contratarem um consultor para tomar suas decisões do dia a dia, ou seja, as deliberações são de responsabilidade de algum membro da família (PIRES, 2007). Considerando a necessidade das famílias de comprar e vender, o ideal seria que a pessoa responsável pelo orçamento entendesse o mínimo de finanças pessoais, para não fazer escolhas equivocadas ou, até mesmo, para não ser vítima de fraude (OCDE, 2005).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma organização internacional e intergovernamental, da qual o Brasil não é membro, mas mantém relações próximas, incluiu em 2003, a pauta “Educação Financeira” em suas discussões. Nesse contexto, os países membros da organização, e países não membros como o Brasil, passaram a ser orientados pelas diretrizes produzidas pela OCDE com o objetivo de educar financeiramente seus cidadãos (SILVA; POWELL, 2013).

A proposta da OCDE para as escolas consiste no ensino de Finanças Pessoais, influenciando nas escolhas financeiras dos estudantes e em sua confiança, fazendo com que esses saibam onde buscar ajuda quando necessário. Segundo Santos (2009), indivíduos financeiramente iletrados tendem a agir com irresponsabilidade financeira, assumindo compromissos superiores aos seus rendimentos o que aumenta os níveis de inadimplência.

A Federação do Comércio do Estado de Goiás (Fecomércio - GO), entidade superior de representação dos empresários do setor do comércio de bens, serviços e turismo, realizou a

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) em Goiânia, que mostrou que em dezembro de 2016 uma média de 34,5% da população, aproximadamente, possuía débitos, sendo que desses, 9,9% não conseguiriam quitar no mês seguinte (FECOMÉRCIO-GO, 2016).

O estudo mostrou também que 44,3% dos respondentes dentre os endividados tinham entre 11% e 50% de sua renda comprometida com dívidas, além disso, 18,3% das pessoas disseram ter mais de 50% de seus rendimentos vinculados a esse tipo de obrigações (FECOMÉRCIO-GO, 2016).

A quantidade de pessoas endividadas e suas dificuldades para pagar seus saldos é um alerta para a necessidade da educação financeira no Brasil. O fato de que 18,3% dos endividados relataram ter mais de 50% de sua renda comprometida com dívidas mostra que os brasileiros ainda possuem falhas em seu letramento financeiro, ou seja, pecam ao gerenciar seus rendimentos (BRAUNSTEIN; WELCH, 2002).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O presente estudo busca responder a seguinte pergunta: *Como o conhecimento relacionado a Finanças Pessoais, Investimentos, Poupança e Empréstimos de um grupo de estudantes da área de negócios de uma Universidade do Centro-Oeste se altera conforme as pessoas aumentam o seu grau de escolaridade?*

1.3 OBJETIVOS

O objetivo da pesquisa é verificar como o conhecimento relacionado a Finanças Pessoais, Investimentos, Poupança e Empréstimos de um grupo de estudantes da área de negócios de uma Universidade do Centro-Oeste se altera conforme as pessoas aumentam o seu grau de escolaridade.

1.4 JUSTIFICATIVA

Os mercados financeiros vêm se tornando cada vez mais sofisticados e as famílias têm assumido mais responsabilidades e risco em suas decisões financeiras, aumentando assim a necessidade de indivíduos com formação financeira para assegurar níveis suficientes de proteção dos investidores e consumidores, tanto no mercado financeiro quanto na economia (OCDE, 2005). “O conhecimento e as habilidades financeiras básicas são uma condição necessária, embora não, naturalmente, suficiente para que os indivíduos sobrevivam no atual ambiente econômico competitivo” (JACOB *et al.*, 2000, pg. 8, tradução nossa).

A Educação Financeira pode ajudar na melhor tomada de decisões sobre dinheiro, pois ajuda os indivíduos a poupar e a investir de forma eficiente, além de torná-los capazes de orçamentar e gerir os seus rendimentos. O conhecimento financeiro previne os consumidores de se tornarem vítimas de fraude, a falta de conhecimento básico sobre o assunto expõe os cidadãos a ações de pessoas mal intencionadas (OCDE, 2005; SANTOS, 2009).

Braunstein e Welch (2002) entendem que deficiências de alfabetização financeira podem afetar o gerenciamento diário de dinheiro de um indivíduo ou da família e a capacidade de economizar para objetivos de longo prazo, como comprar uma casa, procurar educação superior ou financiar aposentadoria. Para os autores, quando os consumidores não têm habilidades para gerenciar suas finanças de forma eficaz as operações de mercado e as forças competitivas são comprometidas, pois a gestão ineficaz do dinheiro pode resultar em comportamentos que tornam os consumidores vulneráveis a crises financeiras severas.

Segundo Worthington (2006), quase todos os trabalhos sobre alfabetização financeira foram realizados nos Estados Unidos e, em menor grau, no Reino Unido, dando-se pouca atenção às populações fora desses meios financeiros. No Brasil, até 2006, segundo Savoia *et al.* (2007), não haviam iniciativas do governo a respeito de finanças, apenas programas de educação fiscal nem tampouco trabalhos que consolidassem as informações a respeito de Educação Financeira, sendo esse o primeiro a fazer isso no âmbito nacional.

Em consonância, Matta (2007) diz que pesquisas sobre o Ensino de Finanças são praticamente inexistentes no Brasil e que os esforços para que a população entenda o tema são raros. Por fim, em 2010, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), através do Decreto Federal nº 7.397/2010, resultado de uma articulação entre 12 instituições de governo e da sociedade civil. Tem como diretrizes:

Art. 2º A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- I - atuação permanente e em âmbito nacional;
- II - gratuidade das ações de educação financeira;
- III - prevalência do interesse público;
- IV - atuação por meio de informação, formação e orientação;
- V - centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
- VI - formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e
- VII - avaliação e revisão periódicas e permanentes (BRASIL, 2010).

A estratégia foi criada através da articulação de oito órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil, que juntos integram o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Seu objetivo é promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

O objetivo da ENEF é ensinar crianças e adolescentes a tomarem decisões de consumo e de investimento, além de planejarem o futuro. Pelicioli (2011) tem como um de seus resultados que “a Educação Financeira não faz parte, ainda, da realidade educacional”. O autor ainda finaliza o trabalho dizendo que “é válida a afirmação de que a educação escolar precisa apresentar aspectos relacionados à economia não objetivando somente a carreira profissional, mas também a gestão individual ou familiar dos recursos financeiros dos indivíduos” (PELICIOLI, 2011, p. 62).

Sobre estudos já realizados, foi constatado que grande parte da literatura existente se concentrou em estatísticas descritivas simples sobre as relações entre características demográficas, socioeconômicas e financeiras e alfabetização financeira. Considerando que estas relações provavelmente serão complexas, seria mais adequada a utilização da modelagem estatística avançada (WORTHINGTON, 2006).

É pela ótica da necessidade do conhecimento de finanças pessoais pela população brasileira, da escassez das pesquisas sobre o tema no Brasil e da falta de uma abordagem de análise de dados mais avançada nas pesquisas existentes, que o presente estudo busca contribuir com a discussão sobre o ensino de finanças pessoais no Brasil, assim como fomentar a questão dessa aprendizagem tanto no ensino básico quanto no ensino superior.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FINANÇAS PESSOAIS

Existem três categorias gerais, pelas quais os conhecimentos pessoais do dinheiro são divididas. Cada uma dessas categorias contribui de forma diferente da capacidade de um indivíduo participar de forma lucrativa na economia, são elas: alfabetização econômica, do consumidor e financeira. A educação financeira, ou conhecimento e habilidades financeiras pessoais, foco do presente trabalho, envolve a capacidade de entender termos e conceitos financeiros e traduzir esse conhecimento em comportamento (JACOB *et al.*, 2000).

De acordo com Worthington (2006), existem muitas definições na literatura sobre finanças, mas elas podem ser basicamente separadas em duas vertentes, a primeira delas seria finanças profissionais que englobam a compreensão das demonstrações financeiras, dos fluxos de caixa, dos mecanismos de controle interno e governança corporativa. Em outra direção, as finanças pessoais, segundo o autor, seriam a compreensão de tópicos como: orçamento, poupança, investimento e seguro.

Para Bernheim *et al.* (1997) as finanças pessoais, podem abranger o orçamento doméstico, a gestão do dinheiro, a poupança (tipos de instrumentos financeiros, relação entre risco e retorno e o papel da inflação, impostos e diversificação na escolha da carteira), o investimento e o uso do crédito.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Segundo Jacob *et al* (2000) a palavra “financeiro” se aplica a atividades do cotidiano relacionadas ao dinheiro, como gerenciar um cartão de crédito, preparar um orçamento mensal, ou obter um empréstimo, seguro ou investimento. Quanto à “educação”, ou “alfabetização”, quando ligada à expressão “financeira” é o conhecimento dos termos, práticas, leis ou normas sociais e atitudes necessárias para entender as tarefas financeiras essenciais.

Para Matta (2007), a educação financeira segue a mesma ótica: “Entende-se a educação financeira pessoal como o conjunto de informações que auxiliem as pessoas a lidarem com a sua renda, com a gestão do dinheiro, com gastos e empréstimos monetários, poupança e investimentos a curto e longo prazo”.

Conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2005), a educação financeira vai além da prestação de informações financeiras e regulamentação e pode ser definida como uma forma pela qual os consumidores ou investidores desenvolvem habilidades e confiança para identificar a quais riscos estão expostos, e suas oportunidades, através da melhor compreensão de produtos, conceitos e riscos financeiros. Além disso, esse conhecimento faz com que as pessoas saibam onde pedir ajuda e quais atitudes tomar para melhorar seu bem-estar financeiro.

Uma pessoa financeiramente alfabetizada, portanto, é alguém que possua o conhecimento mínimo necessário para participar de forma lucrativa na economia, ou seja, entenda termos, práticas, leis, direitos e normas sociais relacionadas a finanças e saiba qual atitude tomar mediante às tarefas financeiras de curto e longo prazo, como gerenciar um cartão de crédito, preparar um orçamento mensal, economizar para comprar um carro ou, até mesmo, adquirir um empréstimo. Esse tipo de conhecimento pode ajudar a reduzir a probabilidade e alcance das crises financeiras, pois os indivíduos passam a tomar decisões informadas, melhorando assim o seu bem estar financeiro (BRAUNSTEIN; WELCH, 2002; OCDE, 2005; JACOB *et al.*, 2000).

2.3 PESQUISAS ANTERIORES

Estudos internacionais avaliando a educação de finanças pessoais ofertada no ensino médio e faculdade mostraram que a habilidade financeira dos estudantes é impactada positivamente pela ampla oferta de educação financeira e do consumidor (LANGREHR, 1979; CHEN; VOLPE, 1998; TENNYSON; NGUYEN, 2001).

Com relação ao ensino médio, a maioria dos estados nos Estados Unidos adotou políticas de educação do consumidor e, desses, uma minoria tem leis específicas de que estudantes do ensino médio recebam instruções em tópicos relacionados a finanças (como orçamentação, administração de crédito, poupança e investimento) (BERNHEIM *et al.*, 1997).

Langrehr (1979), por exemplo, fez sua pesquisa em um dos estados que exigia educação do consumidor para todos os estudantes secundários. Seu objetivo era avaliar se essa imposição aumentava a competência e as atitudes dos estudantes com relação a negócios. Seus resultados demonstraram que os estudantes que fizeram o curso especificamente para educação do consumidor aprimoraram as suas habilidades econômicas e desenvolveram uma atitude mais positiva com relação aos negócios.

Bernheim *et al.* (1997) buscavam determinar qual o efeito a longo prazo das mudanças de currículo, advindas das novas obrigatoriedades, nas decisões de poupança dos alunos. Os resultados mostraram que as alterações curriculares aumentaram significativamente tanto a exposição à educação financeira quanto a acumulação de ativos uma vez que os estudantes atingiram a idade adulta.

Chen e Volpe (1998) avaliaram o conhecimento de finanças pessoais de discentes universitários nos Estados Unidos, a relação entre conhecimento financeiro pessoal e características dos alunos e o impacto do nível de discernimento financeiro nesses estudantes. Concluíram que há influência positiva do conhecimento financeiro nas decisões financeiras. Seus resultados mostraram também que os antecedentes educacionais dos participantes têm um impacto significativo em seus conhecimentos e que os indivíduos de diferentes classes têm diferentes níveis de conhecimento financeiro, aqueles que têm pós-graduação, por exemplo, mostraram ter mais conhecimento financeiro que os graduados. Além disso, observaram que alguns grupos de estudantes como mulheres, pessoas abaixo de 30 anos e com pouca experiência no mercado de trabalho obtiveram menores notas, portanto têm menores níveis de conhecimento.

Tennyson e Nguyen (2001), analisaram a relação entre as notas de estudantes cursando o último ano escolar em um teste de conhecimento financeiro pessoal e a legislação do currículo

educacional do estado em que estudavam, nos Estados Unidos. Seus resultados mostraram que apesar de legislações a respeito do currículo escolar não influenciarem o desempenho no teste, alunos expostos a um curso específico de finanças obrigatório obtiveram notas significativamente maiores do que aqueles estudantes de estados que não tinham legislações específicas ou nenhuma legislação.

No Brasil, Matta (2007) tinha o objetivo de verificar o alinhamento entre a oferta de informação do Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil (PEF-BC), um dos raros programas sustentados por um órgão público voltado à educação financeira da população, e a demanda de informação pelos universitários do Distrito Federal sobre finanças pessoais. Foi constatado que, apesar de faltarem informações a respeito de alguns temas e de as fontes não serem de fácil acesso, a oferta e a demanda estavam alinhadas quanto aos tipos de fontes preferidas pelos estudantes e o seu uso gratuito.

Apesar de a OCDE (2005) considerar importante iniciar o aprendizado de finanças o mais cedo possível, na escola, e de haver pesquisas comprovando a eficácia do ensino de finanças a longo prazo, alguns estudos que avaliaram o conhecimento de pessoas submetidas a cursos de finanças pessoais ainda na escola levantam questionamentos a respeito dos seus efeitos a longo prazo, mostrando que esse aprendizado pode se perder com o tempo (BERNHEIM et al., 1997; PENG *et al.*, 2007; MANDELL; KLEIN, 2009).

Peng *et al.* (2007), ao investigarem o impacto de longo prazo da educação financeira pessoal oferecida nas escolas e faculdades, medindo o conhecimento de investimentos e níveis de poupança para a aposentadoria anos depois da oferta de tais cursos, demonstraram que a participação em cursos de finanças pessoais a nível de faculdade se associa a níveis mais altos de conhecimento sobre investimentos. Experiências financeiras foram positivamente associadas com taxas de poupança, porém não foi encontrada relação significativa entre ter feito um curso no ensino médio e conhecimento de investimentos.

Nessa ótica, Mandell e Klein (2009) examinaram o impacto a longo prazo de um curso de finanças pessoais ofertado para alunos do ensino médio nos Estados Unidos. Ao compararem alunos que fizeram e não fizeram o curso perceberam que aqueles que tiveram o ensino de finanças não tinham maior conhecimento do que aqueles que não tiveram. Além disso, aqueles que realizaram tal curso não se avaliaram como mais orientados com relação a poupança e não aparentaram ter um melhor comportamento financeiro quando comparados àqueles que não realizaram o curso.

Por conseguinte, o trabalho de Vieira *et al.* (2011), buscava analisar se a educação financeira obtida junto aos cursos de graduação influencia na atitude de consumo, poupança e investimento dos indivíduos. Nesse estudo, realizado em uma universidade pública no norte do Paraná, verificou-se que a formação acadêmica contribui para a melhor tomada de decisões de consumo, investimento e poupança dos indivíduos, porém, os aspectos analisados não obtiveram relevância estatística significativa. Contudo, os autores grifam que existem outras fontes de conhecimento que são também relevantes, como a experiência prática e a família, que devem ser melhor analisadas em investigações futuras.

Pelicioli (2011), buscou saber de que modo o ensino de matemática pode contribuir para a educação financeira no ensino médio. Por meio de sua pesquisa, é possível perceber a importância da matemática para o aprendizado de finanças pessoais, porém, foi observado pelo autor um distanciamento entre a educação matemática e o cotidiano dos alunos que demonstraram conhecimentos reduzidos, muitas vezes imprecisos e, algumas vezes, equivocados a respeito de conceitos elementares de economia como juros simples, juros compostos, longo, médio e curto prazo, desconto, importância de pagamentos à vista ou parcelado, bolsa de valores, poupança.

Segundo Pelicioli (2011), até a data do seu trabalho, não haviam grandes aprimoramentos do ensino de finanças nas escolas brasileiras. Em geral, foi constatado que não há instrução, no ensino básico, sobre como administrar ou investir os recursos adquiridos. A administração dos recursos parece estar distante da preocupação das pessoas, que não tiveram possibilidades de obter informações sobre gestão ou economia ao longo de sua vida.

3. METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho é classificado como descritivo, pois pretende-se observar, registrar, analisar e ordenar fatos, sem manipulá-los e possui abordagem quantitativa, pois fará uma descrição factual dos eventos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para responder ao problema proposto foram utilizados dados primários obtidos por meio da aplicação de um questionário eletrônico a estudantes dos cursos de graduação da área de negócios de uma Universidade Federal do Centro-Oeste.

3.2 INSTRUMENTO DA PESQUISA

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário eletrônico (Apêndice I), que representa um instrumento constituído por uma série ordenada de perguntas que deve ser respondida sem a presença do pesquisador (MARCONI; LAKATOS, 2003). O questionário eletrônico desta pesquisa foi adaptado do trabalho de Chen e Volpe (1998), tendo suas questões traduzidas para o português e algumas retiradas por não fazerem parte da realidade brasileira.

O questionário é composto por 31 questões que foram divididas em cinco seções. A primeira, contendo as questões de um a sete, objetiva identificar o conhecimento geral a respeito de Finanças Pessoais dos respondentes. A segunda seção, abrange as perguntas de oito a onze e tem o propósito de averiguar a compreensão de Poupança e Empréstimos.

A terceira, com a finalidade de entender o nível de conhecimento de Investimentos, compreende as indagações de 12 a 17. A quarta tem a intenção de detectar a opinião dos respondentes sobre Finanças Pessoais, Decisões e Educação, e contém questões de 18 a 24. A última parte do questionário busca informações sobre o respondente e contém sete questões. As primeiras 20 questões continham uma alternativa correta e geraram uma pontuação para cada respondente.

O instrumento continha uma ferramenta que bloqueava a resposta duplicada da pesquisa, portanto não houve respostas em duplicidade. Foi disponibilizado para a graduação e pós-graduação lato e strito sensu, porém para as duas últimas foram obtidas apenas duas respostas, que foram excluídas quando da análise de dados.

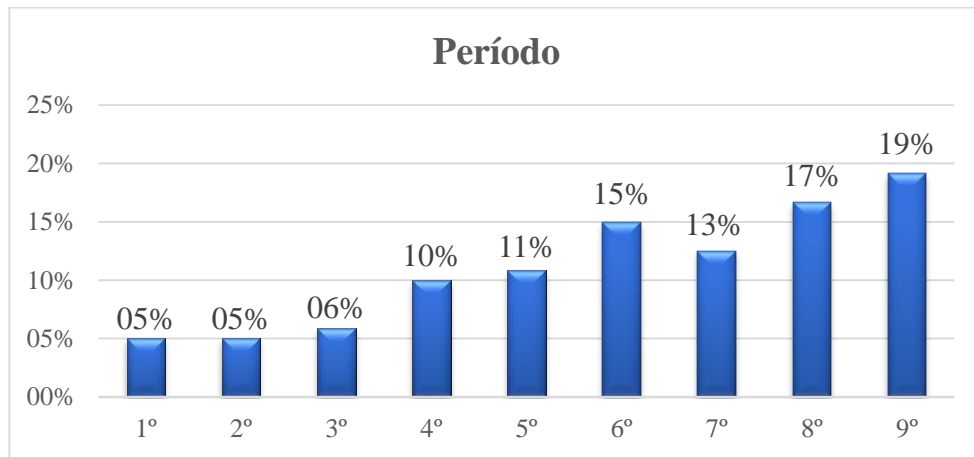
3.3 AMOSTRA DA PESQUISA

A população desta pesquisa foi constituída por graduandos dos cursos de administração e ciências contábeis de uma universidade federal do centro-oeste e correspondia a 737 pessoas (418 alunos de graduação em administração e de 319 de ciências contábeis) no último semestre de 2017 e de 876 indivíduos (475 estudantes de administração e 401 de ciências contábeis) no primeiro semestre de 2018. A amostra da pesquisa totalizou 120 alunos e sua seleção foi feita por amostragem aleatória simples (M.A.S.), uma técnica de amostragem em que todos os elementos que compõem o universo e estão descritos no marco amostral têm idêntica probabilidade de serem selecionados.

Assim, a composição da amostra foi feita por estudantes a nível de graduação dos cursos de administração e ciências contábeis, sendo que 59% dos respondentes eram do curso de

administração e 41% de ciências contábeis. A variação do período cursado pelos alunos foi conforme a Figura 1.

Figura 1 - Distribuição da amostra por período cursando.



Fonte: autoria própria.

3.4 COMUNICAÇÃO COM OS INDIVÍDUOS PESQUISADOS

O questionário eletrônico foi elaborado por meio da ferramenta “Formulários Google” e foi disponibilizado para respostas por 152 dias, no período de 26 de outubro de 2017 ao dia 11 de novembro de 2017 e em seguida do dia 16 de novembro de 2017 a 1º de abril de 2018. Os indivíduos pertencentes à população foram convidados a participar da pesquisa por meio dos endereços de e-mail e da divulgação em redes sociais. Foram recebidas 122 respostas, porém duas foram desconsideradas por se tratarem de outliers, totalizando, portanto 120 respondentes.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi realizada primeiramente por meio da estatística descritiva, para descrever e avaliar a amostra, sem tirar conclusões para a população (FÁVERO, 2014). Efetuou-se a análise do número de questões certas por indivíduo e criou-se a variável “pontuação”, representando a nota obtida por respondente e transformou-se todas as alternativas respondidas pelos participantes em números (sendo a=1, b=2, c=3, d=4, e=5). Em seguida, verificou-se se a influência das características sócio demográficas dos indivíduos, principalmente período em que o discente está matriculado, sobre a pontuação alcançada, através do Método dos Mínimos Quadrados (MMQ), ou Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) ou OLS (do inglês Ordinary Least Squares).

Antes de iniciar a estimação dos modelos, foram realizados testes para verificar a

adequabilidade do modelo OLS. Os primeiros testes indicaram a presença de heterocedasticidade (teste Breusch-Pagan). Como forma de superar esses problemas, aplicou-se erros padrão robustos agrupados ao nível dos indivíduos. Calculou-se também o fator de inflação da variância (VIF) das variáveis preditoras dos modelos. Em nenhum dos casos os resultados indicaram a presença de multicolinearidade.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Nesta seção analisa-se os resultados desta pesquisa. A amostra, com relação ao gênero, obteve 57% das respostas de pessoas do gênero feminino e 43% do gênero masculino. Todos os respondentes eram maiores de 18 anos, 42% estavam na faixa etária de 18 a 22 anos, 48% de 23 a 29 anos e 10% acima de 30 anos, sendo 8% de 30 a 39 anos e 2% maior que 40 anos. Dos indivíduos pesquisados, 8% não tinha experiência profissional, 23% possuía menos que dois anos de experiência, 28% entre dois e menos de quatro anos, 19% de quatro a menos de seis anos e 22% mais de seis anos de experiência.

Os pesquisados responderam questões com relação a sua renda, o que mostrou que a maioria, 69%, auferia renda anual menor que R\$ 30.000, enquanto 13% tem renda de R\$ 30.000 a R\$ 49.999 ao ano e 18% tem ganhos anuais maiores que R\$ 50.000. Por fim, o perfil dos respondentes foi avaliado de acordo com o costume de anotar suas atividades financeiras pessoais, nesse quesito a maioria dos estudantes (60,83%) declararam que mantêm registros mínimos dos seus gastos, seguidos de 23,33% com registros muito detalhados e da minoria de 15,83%, com nenhum registro.

Na Tabela 1 apresenta-se o número de questões acertadas em relação ao número de respondentes. Percebe-se que a pontuação dos pesquisados variou entre 2,0 e 8,5 pontos, sendo que a média geral foi de 5,42 e a mediana de 5,5. A maior parte dos respondentes ficou com notas entre 4,5 e 6,5 pontos, quatorze estudantes ficaram com nota 4,5, vinte estudantes com 5,0, 6,0 e 6,5 pontos e dezenove estudantes com nota 5,5. Dentre os 120 estudantes, apenas um aluno obteve nota oito.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE PONTOS	
NÚMERO DE PARTICIPANTES	PONTOS MARCADOS
1	2,0
1	2,5
2	3,0
4	3,5
9	4,0
14	4,5
20	5,0
19	5,5
20	6,0
20	6,5
6	7,0
3	7,5
1	8,0
TOTAL DE RESPONDENTES	MÉDIA OBTIDA
120	5,42

Fonte: autoria própria.

Com relação à frequência de respostas certas e erradas, as questões que obtiveram mais erros estão elencadas na Tabela 2. A questão na qual as pessoas cometeram mais erros foi a de número 17, que trata investimentos, no caso variação cambial, 93,33% dos respondentes erraram essa pergunta.

Além disso, a maior parte dos erros dos participantes foram relacionados a investimentos, dessa seção as questões de números 12, 14, 16 e 17 obtiveram erros de, respectivamente, 81,66%, 71,66%, 79,16%, 50,83% e 93,33%. Apenas uma das questões dessa seção não esteve elencada como frequentemente errada.

O segundo grupo de perguntas com mais erro foi o de poupança e empréstimos, com as questões de número 8 e 10 marcadas como mais erradas, essas perguntas obtiveram erros de 60% e 65% dos participantes, respectivamente. Ademais, a questão número dois, com frequência de 71,66% de erro, tratava sobre planejamento financeiro pessoal.

TABELA 2 – PERGUNTAS COM TAXA DE ERROS SUPERIOR A 50%		
NÚMERO DA QUESTÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Q2	86	71,66%
Q8	72	60,00%
Q10	78	65,00%
Q12	98	81,66%
Q14	86	71,66%
Q15	95	79,16%
Q16	61	50,83%
Q17	112	93,33%

Fonte: autoria própria.

Por fim, analisou-se a relação entre conhecimento financeiro e nível de escolaridade. Os resultados estão apresentados na Tabela 3.

TABELA 3 – RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO FINANCEIRO E DEMAIS VARIÁVEIS

Variável Dependente	Pontuação	
	B	E.P
Curso	1,017***	(-0,451)
Idade	-0,267	(0,335)
Gênero	0,148	(0,436)
Renda	0,218	(0,197)
Experiência	0,311	(0,224)
Registrospf	0,263	(0,335)
Período	-0,001	(0,089)
_cons	7,922	(0,139)
N	120	
R ²	0,10	

Fonte: autoria própria.

Conforme se observa na Tabela 3, o período no qual a pessoa está não influencia a pontuação obtida, ou seja, o nível de escolaridade não afeta o conhecimento de Finanças Pessoais, Investimentos, Poupança e Empréstimos deste grupo de estudantes da área de negócios, a única variável que demonstrou influência, ao nível de 1% de significância, sobre a pontuação obtida pelos respondentes foi o curso. Em outras palavras, o fato de cursar administração influencia positivamente a quantidade de acertos quando o assunto é conhecimento financeiro. Acredita-se que tal resultado possa ser justificado pela matriz curricular dos cursos analisados. Enquanto o curso de ciências contábeis possui duas disciplinas da área de finanças, o curso de administração conta com 5 disciplinas. Todavia, os resultados aqui apresentados precisam ser melhor estudados. Considerando, principalmente variáveis de controle.

5. CONCLUSÕES

O objetivo do trabalho era verificar como o conhecimento relacionado a Finanças Pessoais, Investimentos, Poupança e Empréstimos de um grupo de estudantes da área de negócios de uma Universidade do Centro-Oeste se altera conforme as pessoas aumentam o seu grau de escolaridade, respondendo à pergunta: *Como o conhecimento relacionado a Finanças Pessoais, Investimentos, Poupança e Empréstimos de um grupo de estudantes da área de negócios de uma Universidade do Centro-Oeste se altera conforme as pessoas aumentam o seu grau de escolaridade?*

A questão de pesquisa foi respondida através do método da regressão linear múltipla, uma vez que foi verificado que o grau de escolaridade não influencia no conhecimento de

finanças pessoais, investimentos, poupança e empréstimo do grupo pesquisado, a única influência identificada sobre o conhecimento pessoal foi o fato de estar no curso de graduação em administração. Ou seja, o conhecimento desses temas não se altera conforme as pessoas aumentam seu grau de escolaridade.

A principal limitação do estudo está no instrumento utilizado. Como o questionário foi adaptado de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, acredita-se que tanto a tradução para o português quanto a adaptação para o mercado financeiro brasileiro possam ter gerado algum tipo de viés nas análises realizadas. Assim, sugere que futuras pesquisas construam um instrumento que consiga melhor captar a realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BERNHEIM, B. D.; GARRETT, D. M.; MAKI, D. M. Education and Saving: The Long-Term Effects of High School Financial Curriculum Mandates. **Journal of Public Economics**. Cambridge, v. 3, p. 435-465, jul. 1997.
- BRASIL. Decreto nº. 7.397 de dez. de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências**. Brasília, DF, 14 dez. 2010.
- BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. Financial Literacy: An overview of practice research and policy. **Federal Reserve Bulletin**. Estados Unidos, p.445-457 nov. 2002.
- CHEN, H.; VOLPE, R. P. An Analysis of Personal Financial Literacy Among College Students. **Financial Services Review**. V. 2, p. 107-128, 1998.
- FÁVERO, L. P. *et al.* **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FÁVERO, L. P. *et al.* **Métodos quantitativos com Stata: procedimentos, rotinas e análise de resultados**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- FECOMERCIO, G. O. **Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC)**. Dez. 2016. Disponível em: <<http://www.fecomercio.org.br/pesquisa/peic/>>. Acesso em: jun. 2017.
- HAIR, Joseph F., et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Brookman, 2005.
- JACOB, K.; HUDSON, S.; BUSH, M. Tools for Survival: An Analysis of Financial Literacy Programs For Lower-Income Families. **Woodstock Institute**. Chicago, 2000.
- LANGREHR, F. W. Consumer Education: Does It Change Students' Competencies and Attitudes? **The Journal of Consumer Affairs**, v. 13, n. 1, p. 41-53, 1979.
- MANDELL, L.; KLEIN, L. S. The Impact of Financial Literacy Education on Subsequent Financial Behavior. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 20, n. 1, 2009.
- MARCONI, A. M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas. 2003.
- MATTA, R. O. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de educação financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. 214f. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação e documentação da Universidade de Brasília, 2007.
- OCDE. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Directorate for Financial and Enterprise Affairs. Jul. 2005. Disponível em <<http://www.oecd.org>> Acesso em: mai. 2017.

PELICIOLO, A. F. **A relevância da educação financeira na formação de jovens**. 2011. 131f. Dissertação de Mestrado em Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PENG, T. M., *et al.* The impact of personal finance education delivered in high school and college courses. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 2, p. 28, jun. 2007.

PIRES, V. **Finanças Pessoais: Fundamentos e Dicas**. Piracicaba: Equilíbrio, 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

SANTOS, L. R. **Banco Central do Brasil – Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro**. Ano 4, nº 39, fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200902.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2017

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, nov./dez. 2007.

SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 9, n. 3, set./dez., 2011.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**, 11, 2013, Curitiba. Disponível em: <http://sbem.web1471.kinghost.net/anais/XIENEM/pdf/2675_2166_ID.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

TENNYSON, Sharon; NGUYEN, Chau. State curriculum mandates and student knowledge of personal finance. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 35, n. 2, p. 241. 2001.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 9, n.3, set./dez., 2011.

WORTHINGTON, A. C. Predicting financial literacy in Australia. **Financial Services Review**, v. 15, n. 1, p. 59-79, 2006.

APÊNDICE

Pesquisa Sobre Conhecimento de Finanças Pessoais

Obrigado por participar da nossa pesquisa. Este questionário destina-se a medir os conhecimentos de finanças pessoais dos estudantes da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás.

I. CONHECIMENTO GERAL DE FINANÇAS PESSOAIS

1. O conhecimento de Finanças Pessoais pode te ajudar a:

- A. Evitar ser vítima de golpes financeiros.
- B. Comprar o tipo certo de seguro para me proteger dos riscos inesperados.
- C. Aprender a abordagem correta para investir em minhas necessidades futuras.
- D. Levar uma vida financeiramente segura através da formação de hábitos de gastos saudáveis.
- E. Todos os itens acima.

2. O planejamento financeiro pessoal envolve:

- A. Estabelecer de um sistema adequado de manutenção de registros financeiros.
- B. Desenvolver um sólido orçamento anual de despesas e receitas.
- C. Minimizar os impostos e despesas de seguro.
- D. Preparar planos para futuras necessidades e objetivos financeiros.
- E. Examinar minhas carteiras de investimento para maximizar os retornos.

3. O bem mais líquido é:

- A. Dinheiro em um Certificado de Depósito Bancário (CDB).
- B. Dinheiro em uma conta corrente.
- C. Um carro.
- D. Um computador.
- E. Uma casa.

4. Seu patrimônio líquido é:

- A. A diferença entre minhas despesas e minha renda.

- B. A diferença entre meus passivos e meus ativos.
- C. A diferença entre a minha entrada de caixa e a minha saída de caixa.
- D. A diferença entre meus empréstimos bancários e minhas economias.
- E. Nenhuma das anteriores.

5. Você não está gastando demais se:

- A. Você emitir cheques acima do saldo disponível na sua conta corrente.
- B. Seu salário mensal for de R\$ 500 e seus gastos mensais no cartão de crédito forem de R\$ 1.000.
- C. Você frequentemente recebe ligações de agências de cobrança.
- D. Suas dívidas fixas representam 30% do seu salário.
- E. Você cumpre seus pagamentos mensais mínimos de cartão de crédito.

6. Não é um custo de alugar um apartamento:

- A. Depósito de segurança.
- B. Pagamento mensal do aluguel.
- C. Despesas incorridas por incumprimento de condições de arrendamento.
- D. Despesas médicas do seu amigo que caiu e quebrou o braço no pavimento gelado.
- E. Depósito de segurança retido pelo dono do imóvel por danos à propriedade além do desgaste normal.

7. Você assinou um contrato de locação de um apartamento por doze meses cujo valor é de R\$ 300 / mês, mas nunca ocupou o apartamento. Você deve legalmente ao dono do imóvel:

- A. Meu depósito de segurança.
- B. O aluguel do meu primeiro mês de R\$ 300.
- C. O valor de doze meses de aluguel R\$ 3.600.
- D. Nada.
- E. O que quer que o proprietário exija.

II. POUPANÇA E EMPRÉSTIMOS

8. Suas contas de poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI), em um banco comercial, são seguradas por:

- A. SIPC até o valor máximo de R\$ 10.000 por conta.
- B. FDIC até o valor máximo de R\$ 100.000.
- C. FDIC até o valor máximo de R\$ 150.000 por conta.
- D. SLIC até o valor máximo de R\$ 180.000.
- E. FGC até o valor máximo de R\$ 250.000 por conta.

9. Se você investir R\$ 1.000 hoje a uma taxa de juros de 4% por um ano, seu saldo em um ano será:

- A. Maior se os juros forem diários em vez de mensais.
- B. Maior se os juros forem trimestrais e não semanais.
- C. Maior se os juros forem anuais e não trimestrais.
- D. \$ 1.040, não importa como os juros são computados.
- E. \$ 1.000, não importa como os juros são computados.

10. Qual das afirmações é FALSA em relação aos cartões de crédito?

- A. Você pode usar seu cartão de crédito para receber um adiantamento em dinheiro.
- B. Se o saldo do seu cartão de crédito for de R\$ 1.000 e você paga R\$ 300, os juros são cobrados no saldo não remunerado de R\$ 700.
- C. A taxa de juros no seu cartão de crédito é normalmente superior à que você pode ganhar em um Certificado de Depósito Bancário (CDB).
- D. Uma empresa de cartão de crédito não irá cobrar-lhe juros se você pagar o saldo inteiro até a data de vencimento.
- E. Você não pode gastar mais do que sua linha de crédito.

11. Se você avalizar um amigo, então:

- A. Eu me torno responsável pelos pagamentos do empréstimo se o meu amigo for inadimplente.
- B. Significa que meu amigo não pode receber o empréstimo sozinho.

- C. Eu tenho direito a receber parte do empréstimo.
- D. Tanto A como B.
- E. Tanto A como C.

III: INVESTIMENTOS

12. Se as taxas de juros aumentaram, o preço de uma Letra do Tesouro:

- A. Aumenta.
- B. Diminui.
- C. Permanece o mesmo.
- D. Se transforma em um prêmio.
- E. Seria impossível de prever.

13. Uma abordagem de investimento em reais em termos de custos envolve:

- A. Comprar na baixa e vender na alta.
- B. Cálculos complexos de risco e retorno.
- C. Vender títulos para minimizar o capital.

14. Uma estratégia de investimento de alto risco e alto retorno seria mais adequada para:

- A. Um casal aposentado idoso que vive com renda fixa.
- B. Um casal de meia-idade que precisa de fundos para a educação de seus filhos em dois anos.
- C. Um casal (casado) jovem e sem filhos.
- D. Todos os itens acima porque todos precisam de retorno alto.
- E. Nenhum dos itens acima, porque eles são igualmente avessos ao risco.

15. Qual das seguintes afirmativas é FALSA?

- A. Como acionista de um fundo mútuo, você tem o direito de informar aos gestores de fundos quais valores mobiliários comprar.

- B. Um fundo mútuo é uma coleção diversificada de títulos usados como um veículo de investimento.
- C. Um fundo mútuo é uma empresa de investimento que arrecada fundos de investidores e compra títulos.
- D. A sua propriedade num fundo mútuo é proporcional ao número de ações que possui no fundo.
- E. Nenhuma das opções acima.

16. Os retornos de um fundo mútuo equilibrado incluem:

- A. Juros auferidos em dinheiro no fundo.
- B. Dividendos de ações ordinárias no fundo.
- C. Juros auferidos em títulos no fundo.
- D. Ganhos de capital de ações e títulos no fundo.
- E. Todos os itens acima.

17. Se outros fatores permanecerem os mesmos, o valor em dólares norte-americanos de um fundo do Japão será:

- A. Maior se o valor do dólar aumentar em relação ao do iene japonês.
- B. Menor se o valor do dólar aumentar em relação ao do iene japonês.
- C. Inalterado se o valor do iene japonês aumentar em relação ao dólar.
- D. Menor se o valor do iene japonês aumentar em relação ao dólar.
- E. Impossível determinar se a taxa de câmbio muda entre ienes e dólar.

IV: SUAS OPINIÕES DE FINANÇAS PESSOAIS, DECISÕES E EDUCAÇÃO

18. Suponha que você esteja no início dos vinte anos e que você gostaria de construir o seu ninho para uma aposentadoria segura em 30 anos. Qual das seguintes abordagens seria melhor atender às suas necessidades?

- A. Abrir uma conta de poupança em um banco com seguro federal.
- B. Economizar dinheiro no Certificado de Depósito Bancário (CDB).
- C. Colocar minhas economias mensais em um fundo mútuo de crescimento diversificado.

- D. Investir em títulos do Tesouro de longo prazo.
- E. Acumular dinheiro em um cofre alugado de um banco local.

19. Assumindo que você está com vinte anos sem nenhum dependente, qual dos seguintes você faria com relação ao seu seguro de vida?

- A. Eu compraria uma apólice de seguro de vida de um agente de seguros.
- B. Eu compraria uma apólice de seguro a prazo.
- C. Eu provavelmente não precisa comprar nenhuma apólice de seguro de vida.
- D. Eu compraria seguro de voo cada vez que você viajasse de avião.
- E. Eu compraria uma apólice de seguro de valor em dinheiro.

20. Você acabou de se formar na faculdade e encontrou um emprego com salário de R\$ 28.000 por ano. Você pagará R\$ 600 por mês por cinco anos para empréstimos estudantis. Você tem um saldo mensal em cada um dos seus três cartões de crédito. O que você deve fazer para melhorar sua saúde financeira?

- A. Cortar as despesas e usar minhas economias para pagar dívidas.
- B. Manter o mesmo padrão de gastos do passado.
- C. Solicitar um empréstimo pessoal para um carro novo.
- D. Eliminar a dívida ao decretar falência pessoal.
- E. Usar meu cartão de crédito para pagar férias nas Bahamas.

Usando a escala abaixo, classifique a importância dos itens numerados de 23 a 26.

A	B	C	D	E
Muito Importante	Importante	Não Tenho Certeza	Pouco Importante	Nada Importante

21. Manutenção de registros financeiros adequados.

—

22. Gastar menos que sua renda.

—

23. Manter uma cobertura de seguro adequada.

—

24. Planejar e implementar um programa de investimentos regulares.

—

V. SOBRE VOCÊ

25. Em qual estágio acadêmico você está:

- A. Graduação.
- B. Pós-graduação lato sensu.
- C. Pós-graduação stricto sensu.

26. Caso esteja na graduação, qual período você está cursando?

- A. Primeiro ou segundo.
- B. Terceiro ou quarto.
- C. Quinto ou sexto.
- D. Sétimo ou oitavo.
- E. Nono ou mais.

27. Qual a sua idade?

- A. 17 ou menos.
- B. 18 – 22.
- C. 23 – 29.
- D. 30 – 39.
- E. 40 ou mais.

28. Qual o seu gênero?

- A. Feminino.

B. Masculino.

29. O que melhor descreve seu rendimento pessoal ou da sua família no ano passado?

A. Até R\$ 10.000.

B. R\$10,000 - R\$29,999.

C. R\$30,000 - R\$49,999

D. R\$50,000 ou mais.

30. Quantos anos de experiência profissional você tem? Incluir experiência completa ou a tempo parcial, estágio, empregos de verão, etc.

A. Não tenho experiência.

B. Menos de 2 anos.

C. De dois a menos de 4 anos.

D. De quatro a menos de 6 anos.

E. Seis anos ou mais.

31. Você mantém registros financeiros?

A. Mantenho registros muito detalhados.

B. Mantenho registros mínimos.

C. Não mantenho nenhum registro.